

**Texto para Workshop “Protestos e Movimentos Sociais Contemporâneos em Portugal”  
CIES-IUL 20-21 Fevereiro 2013**

**Título:**

Do Choupal à utopia: mobilização e desmobilização na ação coletiva.

**Autor:**

Mário Miguel Montez

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

Contactos: [montez.mario@gmail.com](mailto:montez.mario@gmail.com); [montez@esec.pt](mailto:montez@esec.pt)

**Resumo:**

A partir do estudo de caso da ação coletiva realizada pelo movimento cívico Plataforma do Choupal, criado em Coimbra para defesa da Mata Nacional do Choupal contra a construção de um viaduto rodoviário sobre aquele espaço público, levantam-se pistas e hipóteses que procuram responder à questão: o que poderá influir na intensidade da mobilização ou na efetiva desmobilização de uma ação coletiva? A análise desta ação coletiva mostra a existência de uma relação entre a ameaça e a ação coletiva, condicionada por uma dimensão emocional e subjetiva proveniente da relação dos sujeitos com os bens de que usufruem, assim como de uma percepção de risco dos mesmos relativa à proximidade da ameaça aos seus bens. A partir daqui levanta-se a hipótese da existência de uma dinâmica determinante para a mobilização e para a desmobilização da ação coletiva, composta por dois sentidos opostos: um ascendente no sentido da mobilização e um descendente no sentido da desmobilização. O contributo trazido pela compreensão desta dinâmica de “sentidos da ação coletiva”, da sua complexidade e dos elementos que a compõem, considera-se importante para a prossecução das ações coletivas pontuais enquanto movimentos sociais que visem a produção de uma mudança social portadora de uma efetiva democracia participativa.

**Palavras- chave:** *Ação Coletiva; Mobilização; Desmobilização; Sentidos da Ação Coletiva.*

**Introdução**

O presente texto baseia-se no estudo de caso<sup>1</sup> em torno da ação coletiva realizada por um grupo de cidadãos que se opôs à construção de um viaduto rodoviário sobre a Mata Nacional do Choupal, espaço público natural e de lazer da cidade de Coimbra (Portugal). O movimento cívico criado neste contexto foi denominado de Plataforma do Choupal. Durante dois anos este movimento cívico animou a mata do Choupal e a cidade de Coimbra com

---

<sup>1</sup> Estudo de caso realizado para a dissertação de mestrado na área de Estudos do Desenvolvimento no ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa), entre 2009 e 2011. Posteriormente serviu de base a uma comunicação apresentada por mim e por Alcides A. Monteiro, professor na Universidade da Beira Interior, no VII Congresso Português de Sociologia, em 21 de Junho de 2012, na cidade do Porto. Este texto é uma fusão de outros textos anteriormente escritos por mim ou por mim e por Alcides A. Monteiro.

atividades de consciencialização para a defesa da mata enquanto espaço de natureza e de lazer da população da cidade.

O estudo de caso incidiu sobre a relação entre a ação coletiva deste pequeno grupo de pessoas e o fenómeno da ameaça, mostrando como a ação coletiva é muito significativamente condicionada por uma dimensão emocional e subjetiva resultante da relação dos sujeitos com os bens de que usufruem. Nesta equação surgem os conceitos de risco e perigo, no sentido em que as perceções de risco pelos sujeitos sobre os bens de que desfrutam determinam o nível de participação dos mesmos na ação coletiva. O estudo comporta contributos que apontam para a existência de uma dinâmica que influi diretamente na ação coletiva, constituída por dois sentidos opostos: um sentido ascendente, potencializador de mobilização; um sentido descendente, potencializador de desmobilização. Denominou-se esta dinâmica de «sentidos da ação coletiva» (Montez & Monteiro, 2012).

Nas considerações finais do estudo colocou-se a hipótese de que uma ação da animação sociocultural junto de movimentos cívicos possa ser um contributo para a prossecução destes movimentos no tempo e, conseqüente, na sua transformação em movimento social. Considera-se assim importante integrar os «sentidos da ação coletiva» numa paleta de conhecimentos que reconfigure a animação sociocultural, em Portugal, como técnica social de capacitação dos sujeitos, criadora de atores sociais e mobilizadora para a participação política e para a transformação social.

### **Notas sobre a metodologia**

O estudo de caso sobre a ação coletiva da Plataforma do Choupal foi realizado entre 2010 e 2011, período de tempo em que o movimento cívico se desmobilizou. Por um lado tornou-se mais difícil a relação entre a pesquisa e a ação concreta do movimento, por outro, favoreceu um relativo distanciamento dos sujeitos perante as suas ações, resultados e sentimentos, possibilitando-lhes uma leitura mais crítica e reflexiva dos acontecimentos e dos percursos da sua ação (Montez & Monteiro, 2012).

O estudo envolveu o recurso a metodologias de pesquisa qualitativa e indutiva. Comportou sobretudo a análise de conteúdo de entrevistas a elementos do movimento cívico e, posteriormente, ao líder de um movimento cívico espanhol – Salvem El Cabanyal – que serviu de comparação pelo sucesso da sua ação coletiva ao longo de várias décadas. O estudo complementou-se com a análise de documentos referentes às ações do movimento, de artigos de jornais, de reportagens de televisão, e ainda de sítios da internet. Os elementos da Plataforma do Choupal entrevistados foram fundadores do movimento, participantes desde o início do processo, e integrantes do movimento em fases posteriores<sup>2</sup>.

O estudo de caso seguiu uma abordagem relacionada com a *Grounded Theory*, orientando-se para a construção de teoria a partir de uma análise intensiva de casos e marcada por uma constante comparação entre dados empíricos. O processo indutivo de teorização organizou-se em três operações principais: Uma primeira operação, de tradução / nomeação, em que os dados coletados são traduzidos em momentos e categorias analíticas, provisórios. Uma segunda operação que permite o afastamento em relação aos dados originais (matéria-

---

<sup>2</sup> Entrevistados/as:

Luís S., Arquiteto, ativista em Coimbra, fundador do movimento. Entrevistas exploratórias 1 e 2 e Semiestruturada 1.

Miguel D., professor, elemento do Bloco de Esquerda, fundador do movimento. Ent. Semi-estruturada 2:

José P., reformado, participante. Ent. Semiestruturada 3.

Teresa S., jurista, participante. Ent. Semi-estruturada 4.

Emílio M., arquiteto e professor universitário, fundador do movimento Salvem El Cabanyal. Ent. Estruturada.

prima) e um trabalho de estruturação das categorias num sistema mais coerente e mais integrado de hipóteses. Um última operação que conduziu à formulação de proposições teóricas dotadas de coerência lógica.

Contudo, esta abordagem mais naturalista e indutiva que recai sobre os referentes – as relações sociais, normas e processos de ação social mediatizados pelo discurso de atores que neles intervêm ativamente – não inviabiliza o recurso a um quadro teórico de apoio, do mesmo modo que esse recurso pode (e se deseja) não comprometer o raciocínio indutivo. O uso de um quadro teórico de referência surge como via para ir mais além da nebulosa de significações pessoais, para conhecer o alcance das suas conceções acerca de si próprios e do seu lugar no mundo, identificar a totalidade social da qual cada indivíduo e cada situação fazem parte, bem como refinar interpretações para além dos significados mais imediatos (Alvesson & Sköldberg, 2000; Monteiro, 2004).

### **Contexto territorial da ação coletiva da Plataforma do Choupal**

O elemento espaço apresenta-se crucial enquanto base de um conflito que gera ação coletiva, assim como acontece noutros conflitos sociais que “decorrem sob o ritmo da reestruturação espacial” (Estanque, 1999: 93). Pela sua complexidade de atores e de dinâmicas, o espaço urbano, em particular, tem-se afirmado como um domínio de ação coletiva, pois nele se questionam e conflituam formas distintas de compreender a sua utilização, gestão, suas necessidades, planeamento, o bem-estar e o futuro (Guerra, 2000: 38). Por isso interessa contextualizar o espaço desta ação coletiva, apresentando-a numa abordagem que parte da escala macro para a escala micro: da cidade de Coimbra à mata do Choupal.

Coimbra é uma cidade de dimensão média situada no Centro de Portugal, com uma área urbana de 3000 ha<sup>3</sup>. Pela sua dimensão e importância ao longo da história, tem sido considerada a terceira maior cidade do país, a seguir a Lisboa e Porto, contando atualmente com 143.396 habitantes residentes no município<sup>4</sup>. Pela sua centralidade é ponto de passagem na ligação rodoviária e férrea entre as cidades de Lisboa, 200 km a sul, e do Porto, 100 km a norte. A cidade é limitada a sul pelo rio Mondego que corre no sentido nascente – poente.

Coimbra é caracterizada pela presença de uma das mais importantes universidades portuguesas, que é também uma das mais antigas da Europa. A ela juntam-se outras instituições de ensino superior, como o Instituto Politécnico, que reforçam a identidade de Coimbra como «cidade dos estudantes». Ao todo, estima-se uma população estudantil de cerca de 40 mil pessoas, durante as épocas letivas<sup>5</sup>; isto é, mais do dobro do número de jovens habitantes no município<sup>6</sup> e equivalente a 20% do total da população do município. As dinâmicas anuais da cidade equilibram-se então entre períodos marcados por grande afluência de juventude e outros pela sua ausência, implicando também na dinâmica contestatária que habitualmente se identifica com a juventude e com a massa estudantil.

---

<sup>3</sup> Fonte: página da Internet da Sociedade de Reabilitação Urbana – Coimbra Viva, em <http://www.coimbravivasru.pt/coimbraviva.php>, visitada em 29 e Maio de 2012.

<sup>4</sup> Fonte: página da Internet de Sensos 2011 – Resultados Provisórios, em [http://www.ine.pt/scripts/flex\\_provisorios/Main.html](http://www.ine.pt/scripts/flex_provisorios/Main.html), visitada em 29 de Maio de 2012.

<sup>5</sup> Universidade de Coimbra – UC (licenciaturas, pós-graduações e mestrados) = 20.248 estudantes (dados de 2010); Instituto Politécnico de Coimbra – IPC (licenciaturas, pós-graduações e mestrados) = 11.032 estudantes (dados de 2011). Total = 31.280 estudantes. Fontes: Sítio da UC:

[www.uc.pt/sobrenos/dados/ucnumeros2010.pdf](http://www.uc.pt/sobrenos/dados/ucnumeros2010.pdf), visitado em 5 de Janeiro de 2013; Sítio do IPC:

<http://portal.ipc.pt/portal/portal/sobreIPC/ipcnumeros>, visitado em 5 de Janeiro 2013.

<sup>6</sup> O número de jovens, entre os 15 e 24, anos habitantes no município é de 14.987. Fonte: sítio do Instituto Nacional de Estatística [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros), visitado da 5 de Janeiro 2013.

A nível urbano, a zona histórica de origem árabe e medieval funde-se numa outra zona burguesa de finais do século XIX/ início do século XX. Ambas contrastam com a malha urbana dos anos 70 a 90 que trouxeram à cidade um crescimento marcado pelo excesso de construção de habitações, muitas vezes mal enquadradas no espaço urbano e natural que caracterizava a cidade<sup>7</sup>. Alguns jardins e parques ajudam a decorar a cidade e consideram-se espaços públicos de grande frequência. Entre eles destaca-se a Mata Nacional do Choupal que pelas suas características é considerado um tesouro de biodiversidade e uma zona de lazer com grande importância simbólica para a cidade.

A Mata Nacional do Choupal situa-se a cerca de 1,5 Km a poente do centro da cidade, na margem norte do rio Mondego. Trata-se de um espaço de 71 hectares de Reserva Ecológica Nacional mas sem o estatuto de área protegida. Popularmente denominada de Choupal, a mata foi plantada no final do século XVIII para travar as águas devido ao desvio artificial do rio Mondego. Das várias espécies plantadas sobressaiu o choupo negro (*Populus nigra*), originando o nome pelo qual passou a ser conhecido. Tornou-se desde essa época um espaço de lazer da população, e de encontro dos estudantes da Universidade de Coimbra que a eternizaram através de canções e de um valor simbólico que ainda hoje lhe é atribuído. Enquanto espaço de natureza é notável pela abundância de ecossistemas que acolhem variadas espécies, como a Lontra e o Milhafre-negro (a maior colónia da Europa), entre muitas outras, até às monumentais árvores centenárias. Embora não se apresentem dados oficiais relativos ao número de frequentadores do Choupal, estima-se a presença anual de mais de 20 mil pessoas. Os fins de semana trazem famílias à mata, enquanto que as manhãs e os fins de dia, durante a semana, trazem à mata praticantes de atividade física e desportiva. A Mata Nacional do Choupal é um espaço público muito frequentado e vivido pelos habitantes e residentes na cidade, quer a nível físico, quer a nível simbólico.

Amputada a partir dos anos setenta em cerca de vinte e cinco por cento da sua área, devido a várias obras públicas, em 2008 enfrentou uma nova ameaça: o novo traçado da via rodoviária nacional IC2. O IC2 é uma via rodoviária nacional, com grande fluxo de trânsito, que liga as cidades de Lisboa e Porto. A ligação entre estas duas principais cidades do país obriga à travessia do rio Mondego que atualmente é feita através de uma ponte construída nos anos 70 do século XX, e que já na altura reduziu consideravelmente a área da mata. Esta ponte dista cerca de 100 metros da atual extrema nascente da mata do Choupal e é considerada não adequada para o fluxo atual de trânsito e para a circulação a elevada velocidade. Por isso a revisão do traçado do IC2, realizada em 2008, contemplou uma nova travessia do rio, atravessando a mata do Choupal por meio de um viaduto de 40 metros de largura e de perfil de «auto-estrada». Esta resolução política levou à criação do movimento cívico Plataforma do Choupal.

## **2. Breve exploração dos conceitos de suporte ao estudo de caso**

### **2.1. Ação coletiva**

A ação coletiva emerge dos moldes da ação enquanto comportamento humano direcionado que resulta da relação entre a perceção de um problema e a motivação para o resolver (Parsons & Shils, 2007: 53). Contudo, distingue-se pelo seu carácter comum com o objetivo de atingir fins partilhados (Neveu cit. Guerra, 2006: 57) e por acontecer pela ação de um acontecimento desencadeador (*Idem*: 62). A ação da Plataforma do Choupal harmoniza-se

---

<sup>7</sup> Entre 2001 e 2011 (datas dos censos) verificou-se um crescimento na construção de habitações, inversamente proporcional ao decréscimo da população no município de Coimbra. Fonte: sítio dos Censos 2011 – Resultados Provisórios, em [http://www.ine.pt/scripts/flex\\_provisorios/Main.html](http://www.ine.pt/scripts/flex_provisorios/Main.html), visitada em 15 de Maio 2012.

conceptualmente com a proposta de Melucci, no sentido em que se considera como um conjunto de práticas sociais que envolvem e comprometem um conjunto de sujeitos num tempo e espaço comum, que comportam um campo de relações sociais, assim como uma capacidade de os sujeitos envolvidos atribuírem um sentido à sua ação conjunta (1996: 20; Guerra, 2006: 58).

Ação coletiva implica, principalmente, a intervenção dos sujeitos na mudança social e na produção de historicidade, tornando-os atores sociais (Touraine, 1996). As abordagens iniciais à ação coletiva, no campo da economia, apontam para uma dimensão racionalista que incide sobre o fator interesse como força motriz da mobilização para a ação coletiva (Olson, 1998), evidenciando que ela se explica e se organiza em torno da utilidade que revela para os seus membros (Monteiro, 2004a: 119). Nestas abordagens pouca atenção foi prestada sobre o papel das percepções e emoções subjetivas dos sujeitos na motivação para a mudança social. Com efeito, a forma como os sujeitos percebem o mundo social influencia a forma como respondem a ele (van Zomeren & Iyer, 2009). Mais recentemente, abordagens de ordem política e cultural defenderam a existência das dimensões subjetiva e afetiva na gênese da ação coletiva, considerando que elementos como a importância de compromisso, altruísmo e razões ideológicas, moldam a identidade política da ação coletiva (Quirós, 2009).

Também a relação dos sujeitos com os bens públicos de que desfrutam e consequentes percepções de risco e de ameaça sobre os mesmos se apresentam como motivações de dimensão afetiva e subjetiva para a ação coletiva (Montez & Monteiro, 2012). A ação dos sujeitos em grupo, em defesa dos bens de que desfrutam e dos valores por que se regem, resulta, por vezes, na consolidação das ações coletivas pontuais em ações organizadas. Estas dão origem à criação de instituições e/ou de movimentos sociais que perduram no tempo e trazem contributos sólidos, provados pela história, à transformação social (Estanque, 19991, p. 87).

## 2.2. Risco e Ameaça

A análise do estudo de caso conduziu à exploração dos conceitos de ameaça e de risco, que se afirmam imprescindíveis para a compreensão do caso. Não cabe aqui demorar sobre eles mas sim apresentá-los de forma breve, na sua relação com a ação da Plataforma do Choupal.

A construção planeada sobre o Choupal, na forma como implica com o bem público de que os sujeitos desfrutam, gerou um conjunto diversificado de percepções de risco<sup>8</sup>. Uma de carácter individual, outras comuns a todos os elementos do movimento cívico. Aproveitando o facto de que a percepção de risco depende de uma consciência social e grupal (Pardo, 2002: 2) as instituições que detêm o poder ignoraram ou minimizaram a ação do movimento cívico, evitando conflitos.<sup>9</sup> As percepções de risco são resultantes da relação emocional e de interesse de cada sujeito com o espaço público (do Choupal e da cidade de Coimbra) e encontram-se intimamente ligadas às motivações individuais para a ação, organizando-se em três quadros de ordens distintas que se complementam, da mesma forma que se enquadram as motivações e os problemas de base deste conflito. São eles:

- a) De ordem ambiental: colocação em perigo de um conjunto de ecossistemas, devido ao leque de possibilidades de poluição resultantes da travessia rodoviária e da obra de

---

<sup>8</sup> A noção de risco está associada aos conhecimentos das variáveis que comportam a possibilidade de «perigo» e de «crise» e sua proximidade (Rebelo, 2003: 259). Outros aspetos do risco que interessam neste caso são: a) A ideia de que «risco» está dependente da própria consciência grupal e social de «risco» (Pardo, 2002: 3). b) A percepção de «risco» é relativa e diferenciada uma vez que não afeta de igual forma todos os indivíduos nem todos os setores da sociedade (*Idem*). c) As sociedades comportam, elas próprias uma capacidade de produção da percepção do risco, normalizando o que é perigoso e o que não é perigoso (*idem*).

<sup>9</sup> As instituições que detêm o poder optam, geralmente, por remeter o risco para outros lugares da sociedade onde há mais controle social ou onde a consciência do risco não gere conflitos (Pardo, 2002: 2).

construção que condicionam também a utilização deste espaço como lugar formal e não formal de educação ambiental.

- b) De ordem sociocultural: condicionamento de práticas de lazer e de convívio social que colocam em risco a mobilidade e a qualidade de vida na cidade<sup>10</sup> e que afastam ainda mais o Choupal do centro urbano. No campo simbólico a obra põe em risco o valor patrimonial do Choupal enquanto espaço histórico preservado pelo imaginário coletivo.
- c) De ordem política e de cidadania: falta de transparência na tomada de decisões políticas e consequente descreditação das formas de governança de nível local e nacional. Num quadro político de democracia surge, da parte dos cidadãos, a expectativa de participação e os mesmos “já não admitem que os processos de planeamento e de gestão urbanística sejam elaborados por um grupo de decisores e técnicos em ambiente de obscurantismo” (Guerra, 2000: 38).

As vozes dos atores transmitem o leque de motivações e de perceções de risco. Assim:

Foi essa a motivação. Uma predisposição já para questões ambientais. Ali na questão do choupal, uma em particular é que eu era utente do Choupal e senti-me pessoalmente atacado, agredido, com um projeto daqueles. (Entrevista a Miguel D.)

Chego à Plataforma do Choupal muito mais por questões de ordem urbana que têm a ver claramente com o centro histórico do que propriamente com o atentado evidente que existe relativamente à Mata do Choupal. (Ent. exploratória 1 a Luís S.)

Chegámos a ter motivações claramente de visibilidades, protagonismos bacocos, coisas dessas. Chegámos a ter participações desse tipo. (Ent. semiestruturada 1 a Luís S.)

[...] Havia pessoas apenas que achavam que aquele pedaço da sua cidade era de todos nós, havia pessoas que apenas achavam demasiado o dinheiro, de tudo. As motivações eram diversas embora pense que toda a gente tivesse algum... acho que toda a gente tinha, por um lado, a preocupação com a sua cidade, porque eram pessoas daqui que queriam viver melhor, isso sim era transversal, e com algum prazer pela natureza, por um pouco de verde. (Entrevista a Teresa S.)

Apesar da subjetividade que emoldura a diversidade de perceções de risco e de motivações para a ação, a ameaça em causa foi considerada a mesma por todos os sujeitos. É por isso objetiva e comum. Das entrevistas realizadas emerge um apontar geral da construção do viaduto sobre o Choupal como a ameaça e a razão da mobilização do movimento cívico.

Eu penso que o que une as pessoas da plataforma do Choupal é, acima de tudo, a defesa da Mata Nacional do Choupal. Acho que as pessoas que estão nesta luta, estão, porque de facto se opõem a que o IC2 passe no território. (Entrevista a Miguel D.)

Para mim é assim, qualquer intervenção no Choupal, aliás como podia ser na cidade inteira, ou é para fazer alguma coisa de jeito ou então mais vale estar quieto [...] (Entrevista a Teresa S.)

A mim o projecto do viaduto causa alguma repulsa, porque nós temos assistido, de alguns anos a esta parte, a um delapidar da área florestal do Choupal. [...] a génese da Plataforma é indiscutivelmente o viaduto, não é? (Entrevista a José P.)

---

<sup>10</sup> Alguns elementos do movimento cívico, sensíveis à mobilidade pedonal enquanto factor de qualidade de vida, prevêm que o novo percurso da IC2 afetará o trânsito rodoviário, levando a uma maior utilização das ruas envolventes ao centro da cidade. Com uma nova amputação o Choupal afastar-se-á da cidade.

Os sentimento comum de proximidade ou de afastamento da ameaça aos bens que os sujeitos usufruem, pautou a capacidade de mobilização e de desmobilização do movimento cívico. O cariz emocional desta dinâmica acentua a ideia da existência de uma dimensão emocional e subjetiva em torno da ação coletiva, complexificando a sua compreensão.

### **3. A ação coletiva da Plataforma do Choupal**

#### **3.1. Um conflito na origem da ação coletiva**

Como previsto na lei portuguesa no que concerne a matéria de obras públicas, e tratando-se de uma obra sobre um espaço de natureza, foram solicitados pelo Estado pareceres técnicos sobre o projeto de atravessamento do Choupal pela via rodoviária IC2. Embora as conclusões tenham sido desfavoráveis à construção de qualquer via rodoviária sobre este espaço, mas não sendo estes pareceres vinculativos à decisão política, o Ministério do Ambiente emitiu, em 2008, a primeira Declaração de Impacto Ambiental (DIA) favorável ao projeto de construção de um viaduto rodoviário sobre a mata. Esta decisão política teve o apoio do executivo da autarquia de Coimbra, que viu neste projeto uma forma de requalificar outras zonas da cidade ligadas ao Choupal. Foi também acolhida com agrado por alguns grupos de pessoas que consideram esta obra um sinal de progresso, ao permitir um atravessamento mais rápido do rio Mondego e uma viagem mais curta entre Lisboa e Porto.

Ao mesmo tempo esta decisão política tornou-se o acontecimento desencadeador necessário à ação coletiva, no sentido do que sugere a Teoria do Comportamento Coletivo (Guerra, 2006: 62). Como tal, levou à criação de uma dinâmica organizada de contestação através de um grupo de pessoas considerado como movimento cívico, e que se denominou de Plataforma do Choupal<sup>11</sup>. Até 2010 este pequeno grupo levou a cabo uma série de atividades socioculturais e de ações judiciais que dinamizaram a mata do Choupal e a cidade de Coimbra, em conjunto com a população e as organizações locais. Em 2010, devido ao conhecimento da anulação do concurso da obra, o movimento desmobilizou e a ação coletiva esmoreceu.

A ação da Plataforma do Choupal assentou num campo de conflitos próprio da ação coletiva (Guerra, 2006) que, neste caso, se estendeu do contexto socioterritorial às dinâmicas internas do grupo, resguardando-se num quadro de conflitos mais abrangente, relativo ao entendimento e práticas do conceito de desenvolvimento. De um lado, um entendimento clássico de desenvolvimento, associado a crescimento económico e modernização. Do outro, um entendimento a novos entendimentos do conceito de desenvolvimento que se ligam às ideias de sustentabilidade e de participação (Amaro, 2004). Deste panorama destacam-se então conflitos a nível de:

- a) Governança e participação na tomada de decisão política;
- b) Valorização dos espaços públicos de natureza e lazer, e sua relação com os espaços urbanos;
- c) Qualidade de vida, no que respeita à mobilidade pedonal *versus* mobilidade em automóvel.

Também se deram conflitos ao nível das dinâmicas internas do grupo. Destes, destacam-se os conflitos entre as forças que impulsionam a ação e as que a implodem. As forças que impulsionam são as relações de amizade entre membros do grupo, a disponibilidade pessoal dos elementos, a democracia na tomada de decisão, e o poder de participação dos membros. As forças que implodem a ação do grupo contemplam a falta de liderança assumida no grupo, as

---

<sup>11</sup> <http://www.facebook.com/plataforma.choupal>

tentativas de protagonismo pessoal, e o grau de dependência do grupo face aos elementos fundadores, levando a que a indisponibilidade pessoal destes últimos condicione a ação do movimento cívico.

### **3.2. O percurso do movimento cívico Plataforma do Choupal: da mobilização à desmobilização**

Ainda hoje não se confirma a identidade da pessoa que, tendo conhecimento da declaração de impacto ambiental, lançou o alerta à população de Coimbra, através da publicação de um *blog* (atualmente desativado) denominado SOS Choupal, entre 29 de Outubro e 11 de novembro de 2008. Conforme testemunhos dos fundadores da Plataforma do Choupal, o movimento, enquanto grupo de sujeitos propriamente dito, foi originado pela associação de cidadãos sensíveis às notícias publicada nesse mesmo no *blog*.

Após o conhecimento das informações do *blog*, alguns sujeitos com anteriores participações cívicas no concelho de Coimbra e frequentadores da mata do Choupal conversaram entre si e decidiram tomar ação. Entre eles surgiu uma personalidade do meio académico de Coimbra que já anteriormente se pronunciara sobre atentados ambientais no concelho de Coimbra, (Entrev. a Miguel D.).

No início de dezembro de 2008 os sujeitos realizaram a primeira reunião com cerca de 7 participantes. Nesse momento definiram-se como estratégias:

- a) Obter informação sobre o assunto;
- b) Avançar com uma subscrição pública;
- c) Realizar um conjunto de ações de animação sociocultural que captassem a atenção para o que consideravam ser o problema em causa.

Nós delineámos uma pequena estratégia que passou, precisamente pela obtenção da informação, mais detalhada sobre a questão e passou pela decisão de se avançar com uma qualquer subscrição [...] e de imediato surgiu a ideia de um «abraço» também, a ideia de abraçar o Choupal, que se realizou aí em inícios de fevereiro [de 2009]. (Entrev.a Luís S.)

Logo de início foi criado um sítio na Internet com informação sobre o problema e sobre as atividades planeadas pelo grupo. Em fevereiro de 2009 formou-se o grupo que se manteve mais participativo, constituído por 12 a 20 pessoas que participaram frequentemente nas reuniões. Até ao final de 2010 tinham sido realizadas 38 reuniões.

Para promoção da causa o movimento definiu a realização de atividades que mobilizassem a população de Coimbra, que chamassem a atenção dos meios de comunicação social locais e nacionais, assim como da sociedade portuguesa. Para o movimento cívico interessava fazer compreender o Choupal enquanto espaço a preservar na cidade e alertar para a ameaça de que consideravam estar a ser alvo este espaço público. Foi então definido um conjunto de atividades para as quais se mobilizaram outras organizações e sujeitos, entre os quais artistas e personalidades conhecidas da sociedade portuguesa. A ação coletiva da Plataforma do Choupal contemplou atividades de grande mobilização de pessoas, entre dezembro de 2008 e a primavera de 2009. Os quadros 1 e 2 apresentam as atividades realizadas, no entanto destacam-se aqui as seguintes:

- a) Petição para a Assembleia da República, com 11 mil assinaturas;
- b) Concerto em defesa do Choupal, no qual participaram artistas nacionais conhecidos;



c) “Abraço” ao Choupal (cordão humano em volta da mata), onde participaram cerca de 1300 pessoas;

d) 48 horas de atividade física no Choupal, que mobilizou diversos clubes e associações desportivas e atletas, mas sem registo oficial do número de participantes.



Fig. 1 – Autocolante da campanha de divulgação da contestação à passagem da IC2 sobre o Choupal



Fig. 2 – Atividade “Abraço ao Choupal”



Fig. 3 – Notícia do jornal Diário das Beiras, de 6/2/2009 relativa à construção do viaduto e à Plataforma do Choupal



Fig. 4 – Debate sobre a construção do viaduto da IC2 no Choupal

Quadro 1: Atividades pontuais realizadas pelo movimento cívico Plataforma do Choupal.

Actividade	Data	Descrição	Local	Organizações parceiras	Nº Participantes
<b>Petição pública</b>	2009	Petição contra a construção da IC2 e contra a declaração de impacte ambiental do secretário de estado do ambiente.	Internet	----	10.000
<b>“Cordão humano pelo Choupal”</b>	15 de Fevereiro 2009	“Abraçar” o Choupal com pessoas juntas.	Mata Nacional do Choupal	ICNB; Bar do Choupal; ESECTV; Escuteiros da Grupo 222 de Escoteiros da Adémia.	1.300
<b>“Primavera pelo Choupal”</b>	21 de Março 2009	Espectáculo artístico com a participação de: Manuel João Vieira; JP Simões; Ena Pá 2000; Diabo a Sete; Quarto Minguante.	Teatro Académico Gil Vicente (TAGV)	TAGV; ESECTV; Quarto Minguante; Diabo a Sete.	Sem dados
<b>“Limpeza do Choupal”</b>	10 Maio 2009 e 20 Março 2010	Limpeza parcial da Mata do Choupal.	Mata Nacional do Choupal	ICNB; CM Coimbra Grupo 222 Escoteiros da Adémia Iniciativa Limpar Portugal	50
<b>“Uma espécie de corrida pelo Choupal”</b>	26,27,28 de Junho de 2009	48 horas de prática desportivas, sem interrupção.	Mata Nacional do Choupal	ICNB; Bar do Choupal; Centro Hípico de Coimbra; Clubes de Atletismo; Clubes Desportivos.	Sem dados concretos
<b>“Outono pelo Choupal”</b>	Outubro 2009	Ateliers de índole ambiental e artística com crianças, dinamizadas pelo pintor Mário Silva.	Mata Nacional do Choupal	Associação Ambientalidades.	Sem dados
<b>Debate político sobre o Choupal</b>		Debate entre candidatas à autarquia, relativo ao Choupal e à construção da IC2.	Mata Nacional do Choupal	—	Sem dados

**Quadro 2. Atividades frequentes e/ou contínuas realizadas pelo movimento cívico Plataforma do Choupal.**

<b>Actividade</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Local</b>	<b>Organizações parceiras</b>	<b>Nº Participantes</b>
<b>Reuniões semanais</b>	Até Julho 2009 = 28 Até Fevereiro 2010 = 38	Reuniões de discussão de estratégias, e propostas de actividades.	Galeria-Bar Santa Clara; Café Santa Cruz Café Trianon Café Avenida	—	8 a 20. Com frequência: 12 a 14.
<b>Ação Judicial</b>	2009 até à actualidade	Acção judicial contra a DIA, interposta por elementos da Plataforma do Choupal mas não formalmente pelo movimento.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra	—	22
<b>Reuniões com deputados e grupos parlamentares</b>	2009 e 2010	Reunião com deputados e grupos parlamentares de vários partidos políticos para sensibilização para a o problema do Choupal.	Coimbra; Assembleia da República	—	Sem dados

Ao longo do ano de 2009 o movimento realizou uma série de atividades nos campos jurídico, sociocultural, e político. As notícias sobre a construção do viaduto e sobre a resistência da Plataforma foram apresentadas nos principais canais de televisão e de rádio. Aí também se realizaram debates sobre o tema com algumas personalidades políticas integradas na polémica. Através da Internet a causa da defesa do Choupal tornou-se acessível em todo o país. Sem intenção consciente nem conhecimentos técnicos de animação sociocultural, o movimento cívico desenvolveu uma dinâmica de animação local, envolvendo atores locais e organizações que sugeriram e participaram na mobilização de mais recursos humanos e materiais.

Contudo, ao longo do último ano de ação, conjugaram-se acontecimentos económicos, políticos e pessoais que afetaram tanto o movimento cívico como o plano de construção do viaduto, resultando numa progressiva desmobilização da ação coletiva. São eles:

No plano económico, o surgimento da atual crise condicionou a despesa pública, inibindo a realização de obras ainda não adjudicadas ou consideradas não urgentes para o desenvolvimento nacional.

[...] a intensidade da luta diminui imenso. Diminuiu imenso por vários fatores: um foi precisamente a anulação do concurso, a perceção de que começámos a ganhar, de que do outro lado havia uma fraqueza que era a fraqueza financeira, que possivelmente não haveria dinheiro para realizar a obra e acho que foi sobretudo por essa via que se deu alguma desmobilização da plataforma. (Entrev. a Miguel D.)

No plano político houve mudanças no executivo da autarquia, em 2009 e do governo, em 2011. Por um lado, a autarquia manteve a sua postura ignorando a ação do movimento, apesar dos pedidos de reunião do mesmo, e manteve o entusiasmo na obra em questão. Por outro lado, foi anulado o concurso de adjudicação da obra, condicionado pelo orçamento público e por opções do governo nacional. No que concerne à governança no interior do movimento cívico, revelaram-se conflitos latentes mas não assumidos, resultantes das diferentes perceções de risco e motivações, assim como de orientações para a ação. Surgiram também problemas relacionados com as formas de liderança não assumidas, típicas das iniciativas de desenvolvimento local de tipologia «militante» (Monteiro, 2004)<sup>12</sup>. Em simultâneo, a evolução do grupo, em coerência com os seus valores, confrontou-se com as necessidades de encarar o futuro enquanto movimento social e de perpetuação da sua ação no tempo:

Não [havia nenhum tipo de liderança], obviamente havia pessoas que tinham, eu não digo mais disponibilidade de tempo, mas que se disponibilizaram mais em termos da sua vida e do seu tempo para isso. E, obviamente, estavam mais presentes, sabiam mais do assunto, tinham conhecimentos mais técnicos desta ou daquela área, estavam mais ao corrente do que se estava a passar, e obviamente tiveram uma posição mais preponderante, sim. (Entrev. a Teresa S.)

---

<sup>12</sup> Partindo da dicotomia que distingue os grupos que protagonizam iniciativas de desenvolvimento local (IDL's), em Portugal, enquanto movidas pelo exercício da cidadania ("militantes") ou por vontades institucionais ("institucionais"), Alcides A. Monteiro propõe uma análise que incide sobre as orientações que sustentam e justificam estratégias de intervenção, em consonância com princípios e ação. Apresenta quatro grandes perfis de IDL's: de "orientação instrumental", de "orientação parapública"; de "orientação autónoma e solidária"; de "orientação militante". Este último assenta em valores herdados dos movimentos sociais dos anos 60 e 70 do século XX, confronta-se ideologicamente com o modelo dominante de governança e recusa modelos de gestão organizacional tradicionais, preferindo uma orientação baseada em princípios de solidariedade, democracia e autonomia, operacionalizado por contribuições de cada participante para a ação. Contudo, no que respeita a formas de regulação (regulação salarial, regulação social), existe uma tensão, oscilando entre uma contestação ao modelo dominante e a abertura a mecanismos de parceria e negociação com o Estado (Monteiro, 2004: 3-11)

Ela [liderança] nunca foi discutida. Eu acho que as coisas aconteciam por acontecer, e aconteciam de uma forma espontânea e quase natural. As pessoas agiam um pouco de acordo com aquilo que podiam dar à plataforma. (Entrev. a Miguel D.)

No plano pessoal, evidencia-se a mudança de vida pessoal de dois elementos fundadores, considerados mais ativos do movimento, que foram pais pela primeira vez, passando um deles a residir na cidade do Porto. Estas alterações afetaram as suas disponibilidades, influenciando a energia ativa do movimento.

Sobre a desmobilização da ação coletiva os seus atores afirmaram:

A minha explicação para isso é muito simples, é que de facto a ameaça deixou de existir e portanto as pessoas relaxaram. Verdadeiramente, aquilo que é importante aqui é isto: a ameaça real e iminente é retirada, o movimento enfraquece. (Entrev. a Luís S.)

Os fatores externos é que determinavam se precisávamos de nos mexermos mais ou não, que aquilo não é nenhum grupo profissional [...] Quando a ameaça se encontrava mais próxima, a perceção da ameaça era mais clara e a sensação de risco era maior. (Entrev. a Teresa S.)

### **Considerações finais: uma dinâmica de dois sentidos**

A investigação em torno da ação coletiva da Plataforma do Choupal, e a procura das razões para a sua mobilização e desmobilização, provocou a reflexão sobre a ação por parte dos elementos mais ativos, numa altura em que o movimento se desativava. Contudo esta reflexão e a abordagem etnográfica da investigação, envolvida numa postura também militante do investigador, trouxe ao de cima uma nova vontade de reavivar e reconfigurar o movimento. Talvez por razões de falta de liderança, que se tomam como essenciais para o sucesso das iniciativas locais (Klein & Champagne, 2011: 308), assim como pelo distanciamento da ameaça ao Choupal, o movimento ainda não ressurgiu. Da mesma forma se atenuam as grandes manifestações realizadas com sucesso inédito em Portugal em março de 2011 e em setembro de 2012, nas quais também os mobilizadores da Plataforma participaram, dirigindo para aí as suas energias de ação.

O percurso da ação coletiva da Plataforma do Choupal evidenciou claramente dois pólos de ação opostos, marcados pela relação entre a capacidade de mobilização de atores e a proximidade da ameaça ao espaço público do Choupal. Levantou-se, a partir deste estudo de caso, a hipótese de existência de uma dinâmica assente na relação de proximidade entre a «ameaça» e a perceção de risco sentida pelos sujeitos, “em impulsos de ordem emocional e subjetiva mais do que de ordem racional” (Montez & Monteiro, 2012).

Destaca-se aqui o papel fundamental da ameaça na ação coletiva, enunciada da seguinte forma: a) Quando próxima, intensifica a perceção de risco sentido pelo coletivo, e potencializa a mobilização de recursos e o despoletar da ação coletiva, no que se denominou de «sentido ascendente». b) Quando distante, atenua o sentimento de risco do coletivo, e influencia a desmobilização da ação coletiva, no que se denominou de «sentido descendente».

Esta hipótese de entendimento da mobilização de desmobilização da ação coletiva baseia-se não só no percurso que resultou na desmobilização da Plataforma do Choupal, após dois anos de ação, mas também pela perpetuação de treze anos verificada no movimento Salvem El Cabanyal, face à constatare ameaça de derrube do bairro pelas autoridades valesianas (Montez & Monteiro, 2012). De acordo com o líder do movimento Salvem El Cabanyal, a ação do seu movimento mantém-se “porque el problema sigue estando”, querendo com isto dizer da sua

experiência que a ameaça influi no dinamismo da ação no sentido em que “cuanto mayor es la amenaza hay una mayor implicación, una mayor predisposición a colaborar con las propuestas que surjan y hay una implicación más personal” (Entrevista a Emilio M.).

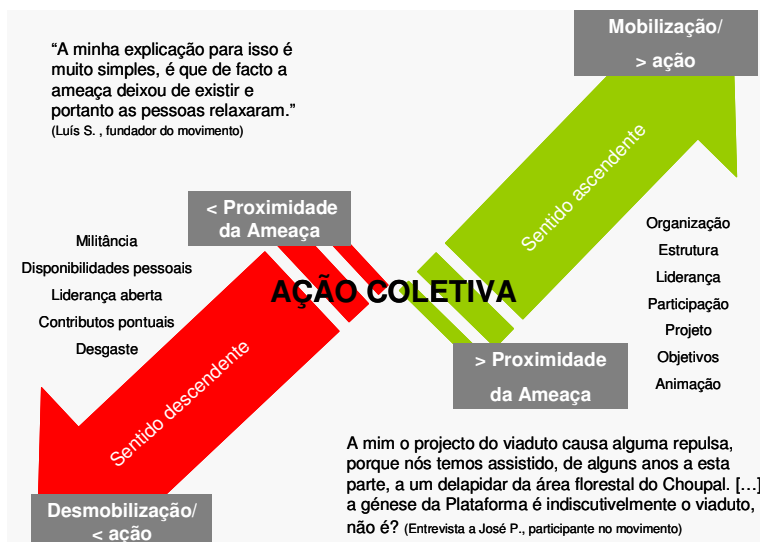


Fig. 5 – Representação dos “Sentidos da Ação Coletiva”. Autori: Mário M. Montez e Alcides A. Monteiro.

Do percurso da Plataforma do Choupal e da sua comparação com a ação coletiva realizada em Valência (Espanha) pela Plataforma Salvem El Cabanyal, constatou-se que um movimento cívico não se sustenta somente pela condição militante dos seus elementos. Ele necessita de um projeto a médio-longo prazo e de uma ambição que se operacionalize através de ações estruturadas e de uma liderança criativa<sup>13</sup>. Um recente estudo sobre as iniciativas locais de luta contra a exclusão social e a pobreza, no Quebeque, Canadá, complementa cientificamente esta constatação empírica, apontando para a existência de três tipologias de liderança, nos casos de sucesso de iniciativas locais: a) liderança individual (líderes reconhecidos e influentes nas organizações); b) liderança organizacional (liderança das organizações nas comunidades); c) liderança socioterritorial (presença de um grupo formal e informal de líderes individuais e organizacionais concertados para uma governança centrada na defesa de interesses comuns nas suas comunidades) (Klein & Champagne, 2011: 305 – 325).

Com base no conhecimento adquirido, sugere-se a aplicação de metodologias participativas e de projeto como estratégias de sustentação da ação coletiva e da sua perpetuação enquanto movimento social, produtor de transformação social. A animação sociocultural apresenta-se como uma metodologia que comporta as duas dimensões necessárias para este fim: vontade militante e saber técnico. Neste rol de saberes devem-se integrar os saberes que se relacionam com as práticas de animação (que promovem a mobilização e a participação) mas também os que advêm da produção de conhecimento científico e que servem de ponto de

<sup>13</sup> Foi feita uma abordagem ao movimento cívico Plataforma Salvem El Cabanyal que luta contra a demolição dos bairros El Cabanyal e Canyamellar, em Valência (Espanha) desde 1998 ([www.cabnyal.com](http://www.cabnyal.com)). A demolição destes bairros é vontade do governo regional para construção do final da avenida Blasco Ibañez até ao Mediterrâneo. Da entrevista ao líder deste movimento, Emílio Martinez registou-se, entre outros aspetos, a importância de um projeto estruturado, de uma liderança forte, criatividade e empatia, como fatores de sucesso da ação coletiva. Este movimento organiza diversas atividades de animação no bairro, envolvendo tanto a população local como de fora.

partida conceptual e teórico para a compreensão do fenómeno da ação coletiva. O desafio que aqui se pode apresentar à animação sociocultural não é apenas o de desenvolver atividades nos espaços públicos urbanos, seja em defesa ou em promoção dos mesmo, mas o de se mostrar capaz de reassumir o papel de mobilizador de sujeitos, tornando-os atores da ação coletiva, através da utilização de um conhecimento teórico que se apresente como instrumento de mobilização.

A compreensão desta dinâmica de dois sentidos da ação coletiva deve ser tida em conta de forma a que, através da consciencialização dos sujeitos para a existência latente de uma ameaça e da animação de outros fatores que potenciam a mobilização, um novo fôlego se sinta para o ressurgir de um movimento de defesa do Choupal. Do mesmo modo, o conhecimento desta dinâmica e sua posterior instrumentalização poderá ser utilizado na perpetuação das ações coletivas que deram forma às manifestações populares de 2011 e 2012. Espera-se que essa mesma paleta de conhecimentos permita, tanto em Coimbra como a nível nacional, uma viagem completa do Choupal à utopia de uma, por muitos desejada, verdadeira mudança social.

### **Bibliografia:**

Alvesson, M.; Sköldeberg, K. (2000). *Reflexive Methodology – New Vistas for Qualitative Research*. London: Sage Publications.

Amaro, R. (2004). “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em Renovação? – Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria”. *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 4, ISCTE, Lisboa.

Estanque, E. (1999). “Acção Colectiva, Comunidade e Movimentos Sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº55, p. 85-111, Novembro 1999.

Guerra, I. C. (2000). O Planeamento Estratégico das Cidades – organização do espaço e acção colectiva. *Revista Cidades e Territórios*, Lisboa, nº 1, p. 37-55, dezembro 2000.

Guerra, I. C. (2006). *Participação e Acção Colectiva – Interesses, Conflitos e Consensos*, Estoril: Editora Principia.

Klein, J-L., Champagne, C. (2011) *Initiatives Locales et Lute Contre la Pauvreté et l’Exclusion*. Québec: Press de l’Université du Québec.

Melucci, A. (1996). *Challenging Codes: collective action in the information age*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge.

Monteiro, A. A. (2004a). *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra: Quarteto.

Monteiro, A. A. (2004b). O Que as Move? Ensaio sobre a Tipologia das Iniciativas de Desenvolvimento Local (idl’s) e as suas Orientações na/para a Acção. *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, p. 1-12.

Montez, M.; Monteiro, A. A. (2012) Sentidos de Ação e Desmobilização: ameaça e ação coletiva na construção da democracia participativa. Atas do *VII Congresso Português de Sociologia*. Porto, 19-22 Junho 2012.

Olson, M. 1998. *A lógica da Acção Colectiva – Bens Públicos e Teoria dos Grupos*. Oeiras: Celta Editora.

Pardo, M. (2002). Sociologie et risque: nouveaux éclairages sur les facteurs sociaux et la participation. *MANA – Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, 10-11, p. 285-305.

Parsons, T.; Shils, E. A. (2007). *Towards a General Theory of Action – theoretical foundations for the social sciences*. New Brunswick e Londres: Transaction Publishers.

Quirós, J. (2009). Política e Economia na Ação Coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotómicas. *MANA*. Rio de Janeiro. Vo. 15 n.1. 127-153. Abril 2009.

Rebelo, F. (2003). *Riscos Naturais e Acção Antrópica: estudos e reflexões*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Touraine, A. (1996). *O Retorno do Actor – Ensaio Sobre Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget.

Van Zomeren, M.; Iyer, A. 2009. Introduction to the Social and Psychological Dynamics of Collective Action. *Journal of Social Issues*, vol. 65, nº 4, p. 645-660, December 2009.

Ventosa, Víctor, J. (2002), *Fuentes de la Animación Sociocultural en Europa*, Col. Escuela de Animación, Madrid, Editorial CCS.